NÚMERO 23 13 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO



O FIO DA NAVALHA

A acampada no Rossio acabou. O movimento associado a ela pode ou não continuar, desta ou daquela forma, mas a acampada terminou, e mesmo que recomece, ali ou noutro lugar, será em termos diferentes. Procuramos aqui sistematizar os debates e discussões que surgiram no final da acampada, sem pretensão de fazer uma descrição completa, de os resolver ou de qualquer imparcialidade. A acampada foi suficientemente vasta e complexa para que ninguém saiba tudo o que aconteceu. Tentamos, no entanto, criar uma grelha para uma discussão mais estruturada. Repetimos os argumentos o melhor que conseguimos, sem que consistam necessariamente na nossa opinião.

Três grandes temas interligados: 1) logística e organização da acampada em si; 2) A assembleia popular e processos de decisão; 3) Continuidade e consistência do movimento.

1) A logística e organização da acampada em si. Necessidades logísticas imperativas (alimentação, estruturas, som, palcos, segurança, cuidados, etc) foram assumidas por grupos de trabalho (GTs) que arcaram com a manutenção da acampada. As implicações horárias, a exigência física, mental e psicológica e a complexidade das tarefas ditavam um distanciamento das Assembleias Gerais, suscitando um corte tenso entre a manutenção de facto da acampada e o seu principal organismo de decisão política.

Qual a relação entre trabalho, representação e decisão? Que instrumentos podem, simultaneamente, a) manter uma base de horizontalidade e abertura; b) expressar interesses e necessidades que emergem da realidade material da acampada; c) concretizar o momento deliberativo? De outro modo, que instrumento pode manter unidas as necessidades materiais e as necessidades políticas da acampada, sem as confundir mas também sem as hierarquizar?

A participação na acampada de várias pessoas sem-abrigo levantou questões ainda mais complexas. Como discutir a sua inclusão, a sua exclusão, a sua participação, as suas necessidades, etc? Que responsabilidades éticas assume a Acampada em relação a elas? Que agência é capaz de lhes reconhecer? É essa sequer uma decisão da acampada? Torna-se necessário inverter o bico ao prego: a discussão não deve ser apenas qual o seu lugar (é distinto das demais?) mas também que questões levanta o confronto imediato com situações limite aos que não as vivem? O que dizer do paternalismo, da culpa ou da negligência? De outro modo, fazer com o que o problema não seja a presença de pessoas sem abrigo mas a incapacidade colectiva de lidar com essa questão em termos claros.

2) A Assembleia Popular (AP) e demais processos de decisão. A posteriori surgiram inúmeras críticas à centralidade da AP na organização da Acampada. Ela é essencialmente performativa, manipulável e carece de legitimidade, não representa a composição material e concreta da acampada. A sua projeção interna e externa torna-a palco de uma disputa entre grupos ideológicos cujos objectivos finais estão para além dos interesses concretos da acampada, para além de privilegiar uma eloquência ensaiada essencialmente superficial e manipulativa. Surgem também respostas às críticas: não há instrumentos perfeitos, e a deslocação do centro soberano da assembleia para um plenário de grupos de afinidade (GAs) ou para a coordenação dos GTs não seria menos problemática ou excludente. Cada identidade político-ideológica prefere o seu método, mas nenhum deles escapa a formas de poder palacianas. A AP, com todos os seus defeitos, constitui o único momento de participação transversal e aberta. A sua importância é sobretudo ritual e não política, abrindo um espaço para ouvir e ser ouvido a pessoas que não têm outro local de militância. Além disso, quem nunca performou que atire a primeira pedra.

Outras considerações: a acampada não é um estado soberano. Não há um cartão do campista. A AP não tem o monopólio da força. Ela existe na medida em que as pessoas a reconhecem. Ninguém é obrigado a seguir o que a AP decide, do mesmo modo que ninguém obrigado a estar num GT ou num GA para participar na acampada. Ironicamente, a centralidade da AP é tão assegurada pelos seus críticos como pelos seus defensores. Quem não gosta da AP poderia estar a fazer mil coisas em vez de estar na AP. Mas a AP é a única instância de decisão pública. É lá que os grupos candidatos a um lugar na política com P grande criam as suas personagens carismáticas e o seu ensaio de contrapoder. Para alguns ela é a última coisa da acampada, para outros ela é a primeira.

3) O movimento da acampada. Para alguns, esta fase do movimento terminou com o final da acampada, colapsando ante as suas contradições irresolutas. Para outros ela continua, mantendo activa a AP bem com uma programação, cumprindo um “calendário de lutas”. Na primeira hipótese, o dito “calendário de lutas” não é senão um recuo e um regresso à normatividade das manifs que não assustam ninguém e servem apenas de palco às organizações satélites dos partidos de esquerda e ao activismo mais ingénuo e voluntarista. O poder da acampada residia em ter encontrado numa linha nevrálgica do poder e em ter forçado o estado a reagir, demonstrando a sua natureza real. A dimensão do movimento adveio da repressão, e uma vez ausente essa ameaça ele degenerou na guerra civil entre identidades ideológicas e na liturgia activista. Para outros, é ainda demasiado cedo para atirar a toalha. Há centenas de pessoas com vontade de continuar a luta, trata-se apenas de tentar manter o momentum e evitar, a todo o custo, que a energia se disperse.

ALGUMAS NOTAS SOBRE AS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS.

A acampada superou o beco sem saída onde estava não apenas o movimento pela habitação, mas o movimento em si, ou seja, a esfera da militância e do activismo. Fê-lo encontrando uma prática comum que conseguiu, ao mesmo tempo, três coisas distintas: 1) forçar o movimento a questionar-se a si próprio, a descobrir novas técnicas e instrumentos, a destituir certezas e fronteiras cristalizadas; 2) encontrou o momento e local exacto de confronto com o poder, levando o estado a expor o seu carácter repressivo, descobrindo também forma de se construir dentro da resposta a essa repressão; 3) conseguiu reunir em si um nível inédito de atenção social e mediática.

A continuar, o movimento da acampada, ou o movimento pós-acampada, deverá focar-se na identificação desse momento e local de ruptura com o status quo. Essa ruptura não deverá ser nem temerária nem medrosa. Ela deve encontrar o ponto de equilíbrio entre choque com o sistema e continuidade do movimento. Será nesse ponto, nesse fio da navalha, que se jogará tanto o desenvolvimento de instrumentos colectivos de organização e decisão como o inevitável jogo da presença pública.

Remeter a questão da organização para questões ideológicas é um erro. A organização não serve para governar o movimento ou para prefigurar utopias, ela serve para potenciar as lutas. É dentro delas, nem acima nem abaixo, que emergem as técnicas de ressonância colectiva mais apropriadas a cada situação. APs, GTs, GAs? A decisão deve estar fundamentada em duas questões: na articulação entre agência, trabalho e decisão de cada forma de luta e nas necessidades políticas concretas de cada momento.

Abandonar esse ponto limite para regressar a um repertório activista, socialista, comunista, anarquista ou autonomista, etc, é um erro. O movimento continuará na medida em que souber evitar o regresso à normalidade, tanto a normalidade do poder como à sua própria normalidade. Em termos concretos: A APs cumpriram o seu papel, é necessário pensar além delas, destituindo o que se cristalizou à sua volta. Esse pensar além deles ocorre no avançar da luta, não no seu recuo.

TORNARMO-NOS INDOMÁVEIS

A ordem que organiza a nossa existência esgotou as suas promessas, mas não a sua voracidade. Não se trata apenas das consequências de sucessivas crises económicas, da sucessão de catástrofes ambientais, da falência das instituições políticas ou da incapacidade dos sistemas democráticos para responderem às necessidades de quem vive sob o seu domínio - a própria forma de vida que o capitalismo instituiu parece ter atingido os seus limites. Não porque tenha deixado de crescer, de produzir riqueza, de aperfeiçoar os seus dispositivos tecnológicos ou de alargar o seu campo de intervenção, mas precisamente porque tudo aquilo que desenvolve parece cada vez mais orientado para a reprodução das suas próprias necessidades. Produzimos para continuar a produzir, trabalhamos para assegurar as condições que nos obrigam a trabalhar, consumimos para compensar a vida que o trabalho nos retira, inventamos dispositivos que prometem libertar-nos de tarefas e acabamos por nos tornar ainda mais dependentes dos mecanismos que as administram. Até ver, a contínua expansão das possibilidades técnicas não se traduziu numa expansão das possibilidades de existência. Pelo contrário, parece acompanhar o estreitamento progressivo daquilo que conseguimos fazer das nossas vidas.

A dominação tornou-se particularmente eficaz porque já não precisa de se apresentar continuamente enquanto tal, de se desvelar. Não é necessário que alguém nos obrigue a aceitar a organização existente quando a própria sobrevivência depende da nossa submissão às suas condições. A necessidade de vender o tempo, de obter dinheiro, de assegurar individualmente a habitação, a alimentação e os cuidados, de competir por recursos e oportunidades, constitui uma forma de compulsão que dispensa a ordem explícita. A vida encontra-se organizada de tal maneira que a reprodução da existência coincide, em larga medida, com a reprodução das relações que a aprisionam. E esta é talvez uma das vitórias mais concretas resultantes deste modo de organização social: ter conseguido transformar uma relação histórica de dominação num conjunto de necessidades naturalizadas, ter feito da dependência uma condição de normalidade e ter constituído enquanto realismo a impossibilidade de imaginar outra vida. Não estamos apenas submetidas a um sistema económico. Estamos a viver dentro de uma forma de mundo que determina antecipadamente uma parte crescente daquilo que podemos desejar, fazer, conhecer e experimentar.

Mas há uma contradição que se torna cada vez mais difícil de disfarçar. O desenvolvimento das forças produtivas, a aceleração tecnológica e a capacidade de transformar a natureza não produziram uma sociedade mais liberta. Produziram uma dependência cada vez mais extensa de dispositivos que escapam à nossa determinação, uma devastação das condições naturais da vida, uma disponibilidade permanente dos corpos e do tempo, uma multiplicação de necessidades que não conseguimos satisfazer sem reproduzir os mecanismos que as produzem, e assim sucessivamente. O mundo que promete resolver todos os problemas é o mesmo que precisa de os reproduzir para continuar a funcionar. A abundância de mercadorias convive com a impossibilidade de assegurar necessidades elementares; a comunicação permanente com uma experiência crescente de isolamento; a multiplicação de contactos com o empobrecimento das relações; a promessa de autonomia com uma dependência material cada vez mais absoluta. Não é uma falha ocasional do sistema, é a forma como funciona.

Talvez tenhamos de levar a sério a possibilidade de que não estamos perante um mundo que precisa de ser corrigido, modernizado ou administrado de maneira mais justa, mas perante uma forma de civilização da qual precisamos de nos separar. Uma civilização que transformou a comunidade numa soma de interesses abstractos, a actividade humana numa função da valorização, a natureza numa reserva de recursos e a própria existência numa matéria disponível para a sua reprodução. O problema não é apenas quem controla os meios de produção, mas a forma como toda a vida foi progressivamente reorganizada segundo as exigências de uma máquina social que já não reconhece qualquer finalidade para além da sua continuidade. Mesmo as nossas aspirações de emancipação correm o risco de permanecer prisioneiras das categorias que pretendem combater: mais crescimento, mais produção, mais representação, mais gestão, mais participação numa realidade cujos fundamentos continuam intactos.

É aqui que precisamos de deslocar radicalmente a nossa imaginação política. Talvez a tarefa não seja construir uma organização suficientemente forte para disputar a administração deste mundo, nem reproduzir, em escala reduzida, as formas de coordenação, disciplina e representação que fazem parte da sua própria lógica. Talvez tenhamos de começar por recusar a ideia de que a transformação passa necessariamente pela construção de uma estrutura centralizada, de uma identidade colectiva estável ou de um organismo que reúna e represente todas as forças de contestação. Não porque a inteligência, a intenção ou a capacidade de agir em comum sejam dispensáveis, mas porque precisamos de recuperar uma agência que não seja tão facilmente capturável pelas necessidades de organização do mundo que queremos abandonar.

Tornarmo-nos indomáveis não significa desaparecer, desistir ou retirar-nos para a tranquilidade de pequenas experiências privadas. Significa deixarmos de estar disponíveis para a reprodução automática daquilo que nos destrói. Significa multiplicar as formas de deserção, interromper as dependências que nos são impostas, inventar maneiras de habitar, trabalhar, cuidar, aprender, produzir e estabelecer relações que não tenham como princípio a concorrência, a propriedade, a rentabilidade ou a obrigação de converter tudo em valor. Significa recuperar capacidades que foram expropriadas, abandonar necessidades que nos foram inculcadas, reaprender a depender uns dos outros sem transformar essa dependência numa relação de domínio. Não se trata de regressar a qualquer exterioridade pura, a uma natureza intacta ou a uma comunidade perdida. Trata-se de produzir, aqui e agora, uma distância efectiva relativamente à forma de vida que nos é oferecida, experimentar dar um passo e ir percebendo como o próximo se lhe pode seguir.

Esta deserção terá de ser difusa, múltipla, disseminada por lugares e situações que não precisam de obedecer a um centro comum nem de adoptar uma identidade única. Terá de aparecer de mil maneiras: na recusa de determinadas formas de trabalho, na invenção de outras relações com o tempo, na partilha de meios de subsistência, na criação de espaços onde as necessidades não sejam convertidas em mercadorias, na interrupção dos automatismos que governam as relações, na recuperação de uma relação não instrumental com os corpos, os animais e a natureza. Não como uma colecção de gestos individuais, nem como uma multiplicação de pequenos refúgios destinados a compensar a violência exterior, mas como uma proliferação de práticas capazes de tornar cada vez menos necessária a participação na ordem existente. Uma multiplicidade sem centro, mas não sem consistência; sem uma forma única, mas capaz de reconhecer aquilo de que se quer libertar. começar pelo não, por assim dizer.

alvez seja também necessário abandonar uma certa obsessão com a construção de uma unidade política que resolva antecipadamente as nossas diferenças. A multiplicidade não é uma insuficiência a corrigir, nem a ausência de uma organização superior que aguarda a sua chegada. Pode ser precisamente a condição de uma força que não se deixa identificar, localizar e administrar. Uma força que não depende de uma direcção central, de uma representação autorizada ou de uma identidade reconhecível para existir. Que se manifesta onde as pessoas deixam de aceitar a normalidade das suas condições de vida e começam a produzir outras relações, outros ritmos, outras maneiras de assegurar que a vida continua. Não precisamos de transformar cada experiência numa instituição, nem de fazer de cada espaço de encontro o embrião de uma sociedade futura. Precisamos de que estas experiências abram possibilidades, contaminem outras vidas, produzam deslocamentos e se tornem capazes de escapar à recuperação.

Isto não significa que a deserção seja fácil, nem que baste uma decisão de vontade para abandonar as condições materiais que nos aprisionam. A compulsão económica não desaparece porque deixamos de acreditar nela. A dependência não se dissolve por um acto de recusa. É precisamente por isso que a deserção tem de ser material, tem de tocar as condições concretas da forma como organizamos a nossa vida, tem de inventar possibilidades de sustento, de relação e de actividade que reduzam a nossa sujeição aos mecanismos dominantes. Mas não queremos substituir uma dependência por outra, nem instituir uma nova obrigação colectiva em nome da emancipação. Queremos recuperar a possibilidade de determinar a nossa existência sem a submeter a uma finalidade que lhe é exterior.

Talvez a questão decisiva seja esta: deixar de procurar o lugar que nos cabe neste mundo e começar a produzir maneiras de não cabermos nele. Não esperar pela crise definitiva, pelo acontecimento redentor ou pela chegada de uma força histórica que resolva as contradições por nós. O mundo que temos de abandonar continua a expandir-se, e não há qualquer garantia de que os seus limites produzam automaticamente a sua destruição. A sua superação depende também da capacidade de deixarmos de colaborar na reprodução daquilo que nos domina, de nos tornarmos menos disponíveis, menos previsíveis, menos assimiláveis. De deixarmos de desejar aquilo que nos mantém presos e de começarmos a desejar aquilo para que ainda não existem condições. Não queremos administrar melhor este mundo, nem conquistar um lugar mais favorável no interior da sua maquinaria. Queremos deixar de lhe pertencer. Tornarmo-nos uma força sem forma única, uma multiplicidade de existências que se recusam a coincidir com as necessidades do capital. Não uma nova identidade, não uma nova comunidade fechada, não mais um programa de gestão da vida, mas uma capacidade crescente de desertar, de inventar, de escapar e de contaminar. A ordem que nos organiza esgotou as suas promessas. Resta-nos deixar de a reproduzir.



AINDA QUEREMOS TUDO

EM BREVE N'A PASSARADA:

